

## **ANEXO**

*Exercício de 2017*

### **1. Identificação da entidade:**

- 1.1 – Designação da entidade:** **Associação Para o Ensino Profissional em Transportes e Logística**
- 1.2 – Sede:** Rua Carolina Michaelis de Vasconcelos s/n  
2670-526 Loures
- 1.3 – NIPC:** 504 654 373
- 1.4 – Natureza da atividade:** Associação sem fins lucrativos para a promoção  
Do ensino profissional

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

#### **2.1 – Referencial contabilístico utilizado:**

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março e Dec. Lei 98/2015 de 2 de Junho.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março; e portaria 220/2015
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março e Portaria 218/2015
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março e aviso 8259/2015

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2011 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

#### Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens

#### Associados

As quotas, e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- Fundos acumulados e outros excedentes;

### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registrados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas de outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influx

## Estado e outros entes públicos

As entidades do setor não lucrativo, não isentas de IRC, estão sujeitas a uma taxa de 21% aplicada ao rendimento coletável, às tributações autónomas e desde que não exerçam a título principal uma atividade comercial ou industrial não estão sujeitas a derrama municipal.

### **5. Activos fixos tangíveis:**

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

#### **Exercício de 2017**

Movimentos	Rubricas						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento informático	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:							
Valor de aquisição	3.290.000.00	1.081.230.00	63.718.34	49.794.49	135.928.12	45.659.96	4.666.330.91
Depreciação acumulada	0.00	216.246.00	57.820.83	49.794.49	135.796.35	43.303.26	502.960.93
Imparidade acumulada	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Valor líquido inicial	<b>3.290.000.00</b>	<b>864.984.00</b>	<b>5.897.51</b>	<b>0.0</b>	<b>131.77</b>	<b>2.356.70</b>	<b>4.163.369.98</b>
Movimentos do ano:							
Aquisições		553.50	4.660.00	1.377.60	150.00		6.741.10
Alienações							
Abates							
Transferências							
Depreciação do exercício		22.101.68	2.290.50	477.08	77.24	1.510.83	26.457.33
Imparidade do exercício							
Total de movimentos		<b>21.548.18</b>	<b>2.369.50</b>	<b>900.52</b>	<b>72.76</b>	<b>1.510.83</b>	<b>25.559.05</b>
Saldo final:							
Valor de aquisição	3.290.000.00	1.081.783.50	68.378.34	51.172.09	136.078.12	45.659.96	4.673.072.01
Depreciação acumulada	0.00	238.347.68	60.111.33	50.271.57	135.873.59	44.814.09	529.418.26
Imparidade acumulada	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Valor líquido final	<b>3.290.000.00</b>	<b>843.435.82</b>	<b>8.267.01</b>	<b>901.52</b>	<b>204.53</b>	<b>845.87</b>	<b>4.143.653.75</b>

#### **Exercício de 2016**

Movimentos	Rubricas						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento informático	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:							
Valor de aquisição	3.290.000.00	1.081.230.00	63.718.34	49.794.49	135.614.47	45.659.96	4.666.017.11
Depreciação acumulada	0.00	194.621.40	55.497.71	49.794.49	135.614.47	41.560.16	477.088.23
Imparidade acumulada	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Valor líquido inicial	<b>3.290.000.00</b>	<b>886.608.60</b>	<b>8.220.63</b>	<b>0.0</b>	<b>0.00</b>	<b>4.099.80</b>	<b>4.188.929.03</b>
Movimentos do ano:							
Aquisições					313.65		313.65
Alienações							
Abates							
Transferências							
Depreciação do exercício		21.624.60	2.323.12	0.00	181.88	1.743.10	25.872.70
Imparidade do exercício							
Total de movimentos		<b>21.624.60</b>	<b>2.323.12</b>	<b>0.00</b>	<b>131.77</b>	<b>1.743.10</b>	<b>25.559.05</b>
Saldo final:							
Valor de aquisição	3.290.000.00	1.081.230.00	63.718.34	49.794.49	135.928.12	45.659.96	4.666.330.91
Depreciação acumulada	0.00	216.246.00	57.820.83	49.794.49	135.796.35	43.303.26	502.960.93
Imparidade acumulada	0.00	0.00	0.00				
Valor líquido final	<b>3.290.000.00</b>	<b>864.984.00</b>	<b>5.897.51</b>	<b>0.00</b>	<b>131.77</b>	<b>2.356.70</b>	<b>4.163.369.98</b>

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Os terrenos e edifício estão onerados com hipoteca a garantir passivos financeiros bancários.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período:

A depreciação reconhecida no ano é de 26.457.33 €

#### 5.4 – Valor e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

#### **6. Investimentos Financeiros:**

<b>Natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fundo de garantia e compensação dos trabalhadores	1.529.01	1.205.76
Títulos de Capital na CCAM Loures	1.000.00	1000.00
<b>Total</b>	<b>2.529.01</b>	<b>2.205.76</b>

#### **7. Clientes, Fundadores e outras contas a receber:**

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe de clientes, fundadores e das outras contas a receber apresenta-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
------------------	-------------	-------------



<b>Cientes:</b>		
Clientes Cobrança Duvidosa	0.00	0.00
<b>Fundadores:</b>		
Fundos subscritos pela CML	600.000.00	600.000.00
<b>Outras contas a receber:</b>		
Ministério da Educação (Ens. Profissional)	404.947.00	300.766.20
Vector Erasmus +	37.251.00	41.115.40
Vocacional	0.00	44.879.31
CEF Básico	105.713.80	50.000.00
CLDS 3G	61.731.53	65.940.44
Estágios Profissionais	6.225.57	0.00
Outros Devedores	11.443.37	9.862.48
<b>Total de Outras contas a Receber</b>	<b>627.312.27</b>	<b>512.563.83</b>

#### **8. Caixa e Depósitos Bancários:**

8.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

8.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2017	2016
Numerário	95.05	392.79
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	623.08	35.906.19
Caixa e seus equivalentes	<b>718.13</b>	<b>36.298.98</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	<b>718.13</b>	<b>36.298.98</b>
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	<b>0.00</b>	<b>113.36</b>

#### **9. Fundos Patrimoniais:**

A variação ocorrida, nos anos de 2015 e 2016, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

#### **10. Fornecedores e outras contas a pagar:**

10.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

10.2 - Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Fornecedores Nacionais: Fornecedores conta corrente	44.124.69	25.952.85
<b>Total</b>	<b>44.124.69</b>	<b>25.952.85</b>

As outras contas a pagar apresentam-se como segue:

Natureza	2017	2016
De Médio e Longo Prazo:		
Fornecedores Imobilizado (CML)	3.290.000.00	3.290.000.00
<b>Total</b>	<b>3.290.000.00</b>	<b>3.290.000.00</b>
<b>De Curto Prazo:</b>		
Remunerações a pagar (Encargos com férias)	60.224.77	49.469.83
Juros a liquidar	0.00	1.960.93
Subsídios e bolsas a alunos	9.459.16	9.668.96
Auxílios sociais e económicos a alunos	5.790.08	5.282.04
Cauções de alunos	698.80	465.00
Outras cauções	30.00	0.00
Indemnizações a pagar	23.479.13	47.440.41
José Bourbon	148.717.49	88.350.00
Outros	3.783.26	2.384.65
<b>Total</b>	<b>252.141.82</b>	<b>205.021.90</b>

## 11. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2017		2016	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0.00	3.048.73	0.00	303.68
Retenção de impostos sobre rendim.	0.00	3.750.76	0.00	12.165.03
Imposto sobre o valor acrescentado	0.00	187.42	0.00	132.05
Contribuições para a Segurança Social	0,00	23.835.25	0,00	43.305.52
Plano Prestacional Seg Social (a)	0.00	8.955.62	0.00	0.00
Outras Tributaçãoes	0.00	401.03	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>40.178.81</b>	<b>0.00</b>	<b>55.906.28</b>

(a) Existe uma dívida à seg social regularizada com plano prestacional.

## **12 Financiamentos Obtidos**

### De Médio e Longo Prazo

Natureza	2017	2016
Santander Totta (antigo Banif)	198.543.89	217.588.22
Santander Totta	16.140.56	41.417.53
Caixa Crédito Agrícola de Loures	39.990.00	0.00
<b>Total</b>	<b>254.674.45</b>	<b>259.005.75</b>

### De Curto Prazo

Natureza	2017	2016
Santander Totta (antigo Banif)	6.000.00	0.00
Santander Totta	12.894.00	0.00
Caixa Crédito Agrícola de Loures	11.040.00	70.000.00
Saldo credor conta DO	0.00	113.36
<b>Total</b>	<b>29.934.00</b>	<b>70.113.36</b>

### 13 Diferimentos:

Natureza	2017	2016
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
<b>Ministério da Educação:</b>		
Ens. Prof - Candidatura 2013/2016	0.00	0.06
Ens. Prof - Candidatura 2014/2017	0.00	50.717.24
Ens. Prof - Candidatura 2015/2018	105.310.64	106.037.31
Ens. Prof - Candidatura 2016/2019	152.151.96	152.151.96
Ens. Prof. – Candidatura 2017/2020	150.213.96	0.00
Ensino Vocacional	0.00	42.741.96
Vector Erasmus	30.542.32	19.573.96
CEF Básico 2016/2017	0.00	33.333.32
CEF Básico OPL+AC 2017/2018	35.237.93	0.00
<b>Ministério do trabalho e Solidariedade:</b>		
CLDS 3G	50.001.29	77.473.73
Subsídios do IEFP (Estágio Prof)	4.560.40	4.230.42
<b>Total</b>	<b>528.018.50</b>	<b>486.259.96</b>

### Rédito:

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse

dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

**14 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:**

<b>Natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<u>Vendas e Serviços Prestados:</u>		
Vendas	0.00	0.00
Serviços Prestados:		
Inscrições	585.00	630.00
Matrículas	2.385.00	2.600.00
Formação Modular	0.00	1.000.00
Taxas de recuperação de módulos	736.01	768.07
Certificados de PAP e outros	305.00	1.070.00
Manuais escolares	367.78	7.12
Reprografia e apoio informático	103.74	250.90
Cedência de espaço	2.442.79	2.473.63
Seguro escolar	389.63	352.35
Visitas de estudo	1.147.50	650.70
Outros	398.40	358.51
<b>Total de prestações de serviços</b>	<b>8.860.85</b>	<b>10.201.00</b>
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Correções exercícios anteriores	2.243.13	0.00
Imputação de subsídios ao investimento	15.266.76	15.389.40
Donativos	250.00	0.00
Indeminização por falta de aviso prévio	6.706.02	2.095.82
Outros	320.44	10.25
<b>Total de outros rendimentos e ganhos</b>	<b>24.786.35</b>	<b>17.505.72</b>

**15 -Subsídios, doações e legados à exploração:**

15.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios das Entidades Públicas, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios das Entidades Públicas são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios das Entidades Públicas relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo e outros Entes Públicos relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subseqüentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

- a. — Natureza e extensão dos subsídios das Entidades Públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

**Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:**

Descrição	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas:		
Ministério da Educação:		
Cursos do Ensino Profissional	508.041.96	396.040.74
Cursos do Ensino vocacional	36.330.45	97.446.36
Cursos de CEF Básico	53.809.17	16.666.68
Ministério da Solidariedade e seg Social:		
IEFP de Loures	7.202.45	9.069.27
CLDS 3G	27.472.44	6.272.79
Câmara Municipal de loures	60.000.00	60.000.00
Vector Erasmus +	21.765.64	19.574.04
Clube Robótica	225.00	0.00
Total	<b>714.847.11</b>	<b>605.069.88</b>

- b. — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que foram reconhecidas.

Não aplicável

**16 Fornecimentos e serviços externos:**

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma, por ordem de grandeza:

<b>Natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhos especializados	7.163.14	5.453.83
Publicidade e propaganda	1.086.58	726.17
Vigilância e segurança	478.57	379.00
Honorários de Pessoal Docente	36.007.18	11.151.75
Honorários de Pessoal Não Docente	44.578.52	30.607.04
Conservação e reparação	939.62	606.51
Serviços Bancários	4.795.11	4.292.21
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1.533.65	870.21
Livros e documentação técnica	1.808.74	222.48
Material de escritório	5.300.34	4.156.85
Eletricidade	9.632.49	9.030.96
Água	1.373.00	1.484.26
Deslocações e estadas e transportes	3.637.81	4.583.98
Rendas e alugueres	1.343.16	1.343.16
Comunicação	4.765.27	4.528.39
Seguros	1.108.08	1.104.33
Contencioso e notariado	324.12	191.46
Limpeza Higiene saúde e conforto	10.014.94	10.224.04
Outros fornecimentos e serviços	1.084.22	861.60
<b>Total</b>	<b>136.974.54</b>	<b>91.818.23</b>

**17 Gastos com pessoal:**

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

<b>Natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Remunerações:		
De Coordenadores/Dirigentes	35.760.09	36.213.74
De Pessoal Docente	250.256.89	228.015.41
De Pessoal não Docente	135.424.23	120.878.84
Encargos sobre remunerações para s.social	87.531.77	81.188.70
Seguro de acidentes de trabalho	2.779.83	2.021.04
Outros gastos com o pessoal:		
Indeminizações por cessação de contrato	2.756.70	33.400.34
Outros	1.695.69	817.50
<b>Total</b>	<b>516.205.20</b>	<b>502.535.57</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 27

**18 Imparidades de dívidas de clientes:**

Natureza	2017	2016
Perdas por Imparidades: De Clientes de Cobrança duvidosa	0.00	725.05
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>725.05</b>

**19 Outros gastos e perdas**

Os outros gastos e perdas decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2017	2016
<b>Outros gastos e perdas:</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	0.00	100.00
Donativos	115.00	75.00
Quotizações	900.00	900.00
Multas e outras penalidades	244.98	1.802.74
Subsídios de transporte pagos a alunos	9.90	975.65
Outros gastos	42.30	0.24
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b>1.312.18</b>	<b>3.853.63</b>

**20 Juros e Gastos Similares Suportados:**

Natureza	2017	2016
Juros de financiamentos obtidos:		
De empréstimos bancários	21.043.30	18.491.58
Outros juros (mora)	2.259.74	2.996.65
<b>Total</b>	<b>23.303.04</b>	<b>21.488.23</b>



## **21 Impostos sobre o Rendimento:**

<b>Natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
IRC	2.945.05	0.00
Tributações autónomas	103.68	303.68
<b>Total</b>	<b>3.048.73</b>	<b>303.68</b>

## **21 Acontecimentos após a data do balanço:**

21.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

21.2 — Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

**O Contabilista Certificado,**

**A Direcção,**

---

---